

SALÁRIO MÍNIMO IGUAL PARA O PRIVADO E O PÚBLICO



Rui Rio discorda da proposta do Governo que determina um salário mínimo diferente para o público e para o privado, defendendo que não deve haver discriminações, sobretudo para proteger os salários mais baixos. O Presidente do PSD falava à entrada do 23.º aniversário do Clube Via Norte, no Porto



PSD

PSD APRESENTOU PROPOSTAS SOBRE FUNDOS ESTRUTURAIS

O PSD considera que os fundos estruturais devem suportar financeiramente uma Estratégia Nacional de Competitividade, área que deve ser tutelada pelo primeiro-ministro



LOCAIS

VAMOS TODOS TRABALHAR PARA GANHAR ELEIÇÕES

Salvador Malheiro, vice-Presidente do PSD e líder da distrital de Aveiro, assina esta semana um artigo de opinião



REGIONAIS

PS DEVE GOVERNAR E "NÃO SE PREOCUPAR TANTO" COM A OPOSIÇÃO

O presidente do PSD/Açores, Alexandre Gaudêncio, considera que o PS "está muito preocupado com o PSD ultimamente"



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

A IGUALDADE QUE A ESQUERDA ESQUECE

Uma das principais responsabilidades dos poderes públicos é combater e eliminar todas as formas de desigualdade ou discriminação, sejam elas de natureza étnica, religiosa, orientação sexual, género, idade ou qualquer outra. A partir do momento em que constatamos que um funcionário público goza de direitos e benefícios comparativamente distintos daqueles que usufrui um trabalhador do setor privado, significa que algo está mal. Há, de facto, muito trabalho a fazer e que envolve e não pode ser alheio à participação do Governo, empresas e sindicatos.

Ninguém compreende por que razão o salário mínimo nacional (SMN), de 630,00 euros, fixado para os funcionários públicos, é superior à retribuição de igual natureza para os trabalhadores do setor privado, que é de apenas 600,00 euros. O SMN, que se diz Nacional, deveria ser igual para todos os trabalhadores, como bem lembrou Rui Rio.

O princípio da igualdade, consagrado constitucionalmente, não pode ser letra morta e os atores políticos têm a obrigação de o concretizar quotidianamente. Só num País, governado por conveniência e tática política, por uma frente de esquerda contranatura, cujos parceiros até se arrogam como paladinos na defesa dos trabalhadores, se pode permitir a continuação de tamanha indignidade.

Do mesmo modo, também não faz qualquer sentido a discriminação no que diz respeito ao tempo de trabalho. Um trabalhador no privado realiza 40 horas de trabalho semanal, ou seja, mais 5 horas que no setor público. E, às vezes, entre trabalhadores que convivem lado a lado e com o mesmo conteúdo funcional, como ocorre no sector da saúde. É ainda completamente descabido que um trabalhador no privado, apenas possa aceder à reforma antecipada aos 60 anos, depois de 40 anos de descontos, enquanto um funcionário público precise apenas de 55 anos e um mínimo de 30 anos de serviço, com descontos.

O exercício de uma profissão na administração pública, salvo determinadas exceções, decorrentes da natureza dos atos em que o Estado age com o poder de soberania – “quadros” que estão investidos do chamado “jus imperium”, como é o caso dos polícias e dos magistrados, entre outros – não justifica um tratamento mais favorável em relação à atividade privada.

O mesmo País não pode discriminar os trabalhadores, em razão do seu vínculo laboral, como se dois sistemas diferentes se tratassem.

O artigo 13.º da Constituição impõe que isso não seja possível. Todos os cidadãos gozam da mesma dignidade e são iguais perante a lei. É, por isso, curioso e estranho, que os partidos de esquerda, normalmente aqueles que mais recorrem e pugnam pela salvaguarda dos direitos fundamentais, nada façam para contrariar esta iniquidade e até sejam colaboracionistas com a situação.

Se Portugal atravessa um momento de prosperidade consistente, como apregoa o Governo, por que é que em 2017 atingimos a maior carga fiscal desde 1995?

Se tudo está bem, qual o fundamento dos 47 pré-avisos de greve anunciados até ao final do ano?

Já sabemos que além de estarmos a viver um clima de contestação social nunca visto, o Governo persiste em alimentar a ilusão, que para além de resultados fátuos, não é sequer capaz de pôr termo a injustiças que agravam o fosso das desigualdades entre os que trabalham no público e os outros, que trabalham no privado.

Por outro lado, depois da discriminação do horário de trabalho, e das condições necessárias para obter a reforma antecipada, o Governo teima em aprofundar a falta de equidade, com um aumento extraordinário do salário mínimo, apenas para a função pública, medida que também indicia e leva-nos a crer que o Estado está financeiramente bem.

A ser assim, o Governo, a bem da coesão social deveria, em contrapartida, baixar a carga fiscal. Mas não, em nome da incoerência da sua praxis política, mantém os impostos em níveis históricos. Uma contradição dentro da própria contradição.

Jantar no 23.º aniversário do Clube Via N

RUI RIO DEFE IGUAL PARA



Porto

ENTENDE SALÁRIO MÍNIMO NO PRIVADO E O PÚBLICO



Rui Rio discorda da proposta do Governo que determina um salário mínimo diferente para o público e para o privado, defendendo que não deve haver discriminações. “Não compreendo. O salário mínimo, como o nome indica e bem, é um salário mínimo nacional, se é um salário mínimo nacional não podemos valorizar mais o trabalho no setor privado do que no público ou no público [mais] do que no privado”, afirmou Rui Rio.

O Presidente do PSD, que falava na segunda-feira, no Porto, à entrada para participar no 23.º aniversário do Clube Via Norte, considera que “Portugal deve ter um salário mínimo nacional, o mais alto que puder e que a economia permitir, mas deve ser igual para todos os portugueses, independentemente de trabalharem no setor público ou no setor privado”.

Para o líder do PSD, deve ser garantida a igualdade entre o privado e o público, sobretudo para proteger os salários mais baixos.

Greves mostram que “a política do Governo não é solução”

O Presidente do PSD afirma que não se recorda de tantas greves, previstas ou em curso, ao mesmo tempo. Este ambiente de contestação social constituiu, segundo Rui Rio, a prova de que a política do Governo não está a funcionar e contraria de forma clara o otimismo propagandeado pelo Executivo. “O Governo não tem investido; só tem distribuído sem critério às reivindicações do PCP e do BE. Era suposto que, estando a distribuir desta forma, estivessem todos contentes e que o descontentamento só viesse quando se notasse a falta de investimento. Eu não me recordo de tantas greves e isto é o indicador de que a política do Governo não é solução”, assinalou.

Governo deve retomar diálogo com os Bombeiros

Rui Rio apela ao Governo para que, em nome do interesse nacional, retome as negociações com a Liga de Bombeiros. As alterações que o Executivo pretende introduzir no funcionamento da Proteção Civil não devem ser feitas à revelia das corporações de bombeiros. “Eu acho que o Governo cometeu, naturalmente, um erro que é não ter dialogado com os bombeiros, não ter ouvido suficientemente a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Todos estão contra a reforma que o Governo pretende fazer”, explicou.

O Presidente do PSD não tem dúvidas de que a solução encontrada pelo Governo, e aprovada em Conselho de Ministros, “vai ser, aparentemente, muito difícil de levar a cabo” pelo que, espera, que “da parte do Governo haja o bom senso de ouvir os bombeiros e que os bombeiros tenham a devida calma para o ouvir o Governo”.

Pagamento ao FMI é positivo, mas “dívida pública continua a subir”

Rui Rio entende que a notícia referente ao pagamento da última tranche que Portugal devia ao Fundo Monetário Internacional (FMI) é positiva, mas não trava a trajetória preocupante de endividamento do País. “O facto de Portugal ter pagado a última tranche [4,7 mil milhões de euros] ao FMI não quer dizer que a dívida pública tenha baixado. A dívida pública portuguesa tem subido todos os anos. No fim de 2019, vai ser em 20 mil milhões de euros mais alta do que era em 2015”, sublinhou.

Rui Rio lembra que o Tesouro apenas se limitou a substituir um empréstimo contraído a uma taxa de juro mais baixa, para amortizar um empréstimo que tinha uma taxa de juro mais alta. No entanto, adverte Rui Rio, será preocupante quando chegar “o dia em que as taxas de juros vão começar a subir” e aí “Portugal terá um problema sério, porque o ‘stock’ de dívida não baixou, subiu e, portanto, vai incidir uma taxa mais alta sobre um ‘stock’ que é muito elevado”.





RUI RIO ALERTA PARA A “AUSÊNCIA DE PAZ SOCIAL” E A “BAIXA EXECUÇÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS”

A multiplicação de greves e a baixa execução dos fundos comunitários foram duas preocupações que Rui Rio transmitiu ao Presidente da República, durante a audiência de quinta-feira, no Palácio de Belém.

O Presidente do PSD lembra que o aumento do “descontentamento e a ausência de paz social” por todo o País são sintomas de que “ao contrário do que o Governo tem vindo a dizer, as coisas não estão bem, nem Portugal está fantástico”. O principal indicador, aponta Rui Rio, é o corrúpio de greves que nos últimos meses têm dificultado a vida dos cidadãos: nos transportes, na saúde, na justiça, no setor da economia e das exportações. “Penso que ainda me chegam os dedos das mãos para contar as greves que tem havido nos últimos 15 dias, mas já estou muito perto dos dedos da mão não me chegarem”, afirmou, referindo-se a protestos como o dos enfermeiros, médicos, técnicos e auxiliares de diagnóstico, juízes, bombeiros ou estivadores.

O Presidente do PSD partilhou com Marcelo Rebelo

de Sousa a preocupação quanto à “baixíssima taxa de execução dos fundos comunitários”. “Portugal precisava de investimento, de crescimento económico, de capital (...) Estão neste momento mais de 1.700 milhões de euros em Bruxelas se fizermos a comparação ao que era a execução do quadro comunitário anterior, é algo extraordinariamente grave para a economia portuguesa”, denunciou.

Rui Rio recordou exige ao Governo mais empenho na utilização das “verbas que Portugal tem à disposição” e que são fundamentais para melhorar a competitividade da economia.

O Presidente do PSD comentou ainda a contradição de Mário Centeno que, enquanto responsável do Eurogrupo, pediu ao ministro das Finanças português, o próprio Mário Centeno, medidas adicionais para cumprir o Pacto de Estabilidade. “O próprio Mário Centeno, presidente do Eurogrupo, avisou Mário Centeno, ministro das Finanças, que as coisas não estão bem”, sintetizou Rui Rio.

Eleições legislativas: PSD defende 6 de outubro de 2019

O Presidente do PSD comunicou ao Chefe de Estado o dia 6 de outubro de 2019 como “a data mais equilibrada” para a realização das eleições legislativas. “Nós entendemos que em setembro é demasiado cedo por causa do mês de agosto, em que o país está relativamente parado. Outubro é o mês adequado e quanto mais cedo melhor, porque é preciso fazer o Orçamento do Estado”, afirmou Rui Rio, no final da audiência de cerca de uma hora com Marcelo Rebelo de Sousa.

Por estes motivos, acrescentou, “a data de 6 de outubro é a mais equilibrada, é o primeiro domingo que existe”. Rui Rio esteve quinta-feira, acompanhado no Palácio de Belém pelo vice-Presidente Salvador Malheiro, líder parlamentar, Fernando Negrão, secretário-geral, José Silvano, e pela vogal da Comissão Política Nacional, Cláudia André.

Depois de ouvir os partidos, o Presidente da República anunciou na manhã de sexta-feira que as eleições legislativas de 2019 serão em 6 de outubro e as eleições para a Assembleia Regional da Madeira irão realizar-se duas semanas antes, em 22 de setembro de 2019.



OS DESAFIOS DA INOVAÇÃO

O desenvolvimento de um país ou de uma região é hoje em dia associado à intensidade do investimento em investigação e desenvolvimento e à pujança do seu sistema de inovação quer ao nível local, regional ou nacional. Este sistema de inovação tem como principal função permitir às empresas ter um acesso privilegiado ao conhecimento e portanto à sua aplicação com o objetivo de criação de valor económico. Se analisarmos os dados do Eurostat fica evidente a relação estreita entre o desenvolvimento económico e social de um país e o seu posicionamento no ranking da inovação. Esta aplicação do conhecimento promovendo a respetiva criação de valor económico é a definição, muito simples, de inovação. A complexidade não está no conceito nem na definição mas na forma como se consegue operacionalizar a inovação. Como é que as empresas podem inovar e como é que as organizações e a administração pública podem contribuir para tornar um território num espaço inovador e com grande capacidade de atração de empresas e organizações inovadoras e empreendedoras? Como é que é possível articular a relação das empresas com os centros de conhecimento, sejam eles instituições de ensino superior, ou de investigação e desenvolvimento, ou mesmo de transferência de tecnologia?

A sustentabilidade da economia deverá passar por um forte relacionamento entre empresas e sistema científico e tecnológico. No médio prazo a valorização tecnológica do tecido empresarial deverá ser fator importante de competitividade. É fundamental a difusão da inovação nas empresas e fazer com que mais empresas sejam capazes de inovar e por outro lado fazer com que as empresas que já inovam, aumentem o seu compromisso com este desígnio.

O Portugal 2020 quebrou uma tradição, relativamente aos anteriores programas quadro, ao definir objetivos claros de reforço da política nacional de apoio à ciência e à inovação como eixos principais do desenvolvimento. O apoio direto a programas doutorais, a projetos de I+D estratégicos liderados pelas unidades de Investigação, ou o apoio à integração de recursos humanos qualificados nas empresas, visam criar condições de vantagem competitiva consistentes e duradouros.

Acreditamos que só com o sucesso da implementação de uma estratégia baseada no conhecimento e na inovação é que Portugal terá um crescimento muito significativo da sua qualidade de vida, com uma melhor redistribuição de rendimentos e impacto consequente no bem-estar económico e social.



Emídio Gomes

Professor universitário

Acompanhe-nos no dia-a-dia...



- 

Conferências de Imprensa, Transmissões em direto, Discursos e intervenções políticas
- 

Entrevistas, Opinião, História, Iniciativas
- 

O dia-a-dia da atividade do PSD
- 

Noticiário semanal todas as sextas-feiras

CEN

CONSELHO ESTRATÉGICO
NACIONAL



PSD APRESENTOU PROPOSTAS SOBRE FUNDOS ESTRUTURAIS

O PSD considera que os fundos estruturais devem suportar financeiramente uma Estratégia Nacional de Competitividade, área que deve ser tutelada pelo primeiro-ministro, de forma a aumentar o nível das exportações de bens transacionáveis para 60% do PIB (até agora pouco acima dos 40%). Por outro lado, o PSD postula uma “medição rigorosa do impacto” dos dinheiros europeus. Estas propostas constam do documento do Conselho Estratégico Nacional (CEN) – “Recursos da União Europeia e fundos estruturais: Que caminho para o Futuro?” – apresentado esta terça-feira, por Rui Vinhas da Silva, coordenador do CEN para a área da Economia, Trabalho e Inovação, David Justino, coordenador nacional do CEN, e Isabel Meirelles, coordenadora dos Assuntos Europeus do CEN.

O objetivo principal da estratégia social-democrata, explicou Rui Vinhas da Silva, é colocar esses fundos a financiar uma Estratégia Nacional de Competitividade, que atue sobre os fatores de competitividade empresarial, com especial incidência sobre a indústria nacional (na vertente dos recursos humanos, tecnológicos e na inovação).

O desenvolvimento de um núcleo de análise estatística, que possa apoiar o processo decisório da aplicação dos fundos através da medição rigorosa do seu impacto, é outra das propostas do PSD na vertente microeconómica, a par do financiamento de projetos nos territórios de baixa densidade, “só nos casos” em que as unidades produtivas (e não sedes fictícias) aí se situem.

O coordenador nacional do CEN, David Justino, fez questão de distinguir o acordo celebrado em abril com o Governo sobre fundos comunitários – que visa uma defesa comum de que o país não pode perder financiamento – do documento agora apresentado, que define as prioridades que os sociais-democratas defendem para

a aplicação do futuro quadro. “Damos especial atenção à qualidade da aplicação dos fundos e não só do nível da execução física: saber quais são os impactos que esses fundos vão ter na economia (...) Não é o problema de saber gastar, é de saber onde se gasta e qual o impacto que tem onde se gasta”, especificou.

O também vice-Presidente do PSD salientou que este documento, tal como os outros quatro produzidos pelo Conselho Estratégico Nacional, “é aberto”, sujeito a discussão pública, e por isso não se traduzirá em propostas legislativas imediatas, destinando-se a integrar o programa de Governo que o PSD contra apresentar em junho.

A vice-presidente do PSD e coordenadora do CEN para os Assuntos Europeus, Isabel Meirelles, alerta que Portugal pode estar excessivamente dependente dos fundos europeus para os seus projetos de investimento público. “Os fundos europeus devem servir para adicionar e não substituir o Orçamento do Estado, que muitas vezes é o que acontece”, destacou.

David Justino assegurou que, em janeiro de 2019, serão apresentados novos documentos do CEN em áreas como assuntos europeus e economia.





REPROGRAMAÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS É “MAIS UMA AÇÃO DE PROPAGANDA DO GOVERNO”

A reprogramação dos fundos comunitários, anunciada pelo primeiro-ministro representa, na verdade, “mais uma ação de propaganda do Governo”. O PSD, através do vice-presidente do Grupo Parlamentar, António Costa Silva, e do porta-voz do Conselho Estratégico Nacional para a Economia, Trabalho e Inovação, Luís Todo Bom, desmascaram na sexta-feira, 7 de dezembro, em conferência de imprensa, a versão oficial do Governo nesta matéria, porque “ao contrário do que diz o primeiro-ministro”, Portugal não vai receber “mais 5 mil milhões de euros”.

“Como é um clássico neste Governo, passa a ser uma mensagem enganadora aos portugueses. Dá a sensação de que, através dos fundos comunitários, vamos ter um reforço de verbas para Portugal. Mas não há nem mais um cêntimo. O que vamos ter é uma alteração de rubricas dos diferentes programas operacionais, quer temáticos quer regionais, que mantêm o nível operacional do Portugal 2020”, afirmou o deputado António Costa Silva.

Por outro lado, o deputado do PSD falou ainda de “incompetência” do executivo quanto às taxas de execução do atual quadro comunitário.

“Hoje já passaram cinco anos e apresentam uma taxa de 28%, muito inferior à do período homólogo do quadro anterior, que era de quase 35% numa altura crítica para o país, em plena bancarrota”, disse, precisando que, “neste momento, 1,7 mil milhões de euros que deviam estar em Portugal estão em Bruxelas”.

Luís Todo Bom lembra, por sua vez, que os fundos estruturais são determinantes para conferir competitividade à economia portuguesa, mas o Governo nem sequer soube aproveitar esta vantagem. “Não vemos nenhuma alteração significativa que tenha ocorrido nestes últimos anos. (...) Se tivessem feito as alterações tecnológicas, teria sido possível às empresas portuguesas ocuparem novos mercados, aumentar a nossa capacidade exportadora”, afirmou.

O porta-voz da secção temática de Economia, Trabalho e Inovação do CEN lamenta, ainda, que o Governo nada tenha feito para aproximar Portugal do rácio de exportações em relação ao PIB na ordem dos 60%.

Por fim, Luís Todo Bom criticou a falta de apoios às áreas dos transportes e comunicações, como a ferrovia e o novo aeroporto.

A ECONOMIA PORTUGUESA E OS FUNDOS ESTRUTURAIS

1. Os Fundos Estruturais devem suportar financeiramente uma Estratégia Nacional de Competitividade, a qual deve:

- (i) atuar sobre os fatores de competitividade empresarial e científico-tecnológico (como a inovação produtiva e empresarial, a sofisticação do ambiente de negócios, entre outros) com o objetivo principal de aumentar o nível de exportações de bens transacionáveis para 60% do PIB;
- (ii) financiar a Política Industrial, qualificando a indústria portuguesa e dotando-a do estado da arte de recursos humanos e tecnológicos e capacidade de inovação;
- (iii) promover a atração de Investimento Direto Estrangeiro para setores fortemente incorporados do estado da arte do conhecimento fundamental e aplicado e agregadores de valor;
- (iv) ser tutelada pelo Primeiro-Ministro e/ou Ministro da Economia;
- (v) incorporar a autoridade de gestão (COMPETE) bem como todos os organismos intermédios (IAPMEI, ANI e AICEP e CCDR), os quais devem constituir instrumentos de política económica do Governo na execução dos fundos estruturais;
- (vi) Promover a integração das pequenas e médias empresas em cadeias de valor globais das grandes empresas multinacionais.

2. A autoridade de gestão bem como os organismos intermédios referidos devem ser objeto de reestruturação de recursos humanos, vindos das universidades, empresas, associações setoriais e centros tecnológicos, para introduzir novas dinâmicas de trabalho. Financiar o desenvolvimento de valências de índole comportamental de marketing nas empresas, em particular a criação de marcas de empresa e de produto, Big Data, Retalho Online, Marketing Digital, Inbound Marketing, Marketing Interativo e otimização de motores de busca, com o objetivo de aproximar do consumidor e melhorar o seu posicionamento em cadeias de distribuição internacional;

3. Apoiar a criação de centros de exposição de produtos e serviços de topo para grandes clientes e negócios de elevado valor acrescentado (em ambiente físico ou virtual), em conjunto com as associações sectoriais ou entidades promotoras;

4. Criar uma rede de cooperação com instituições de ensino superior de reconhecida qualidade na vertente da gestão e engenharia nacionais e estrangeiras, designadamente com o aumento de doutorados nas empresas;

5. Criar emprego e riqueza nos territórios de baixa densidade privilegiando o financiamento de projetos onde as unidades produtivas se situem efetivamente nesses territórios;

6. Financiar e agregar infraestruturas tecnológicas existentes, incluindo incubadoras, centros tecnológicos e parques tecnológicos;

7. Garantir a transformação dos setores primário e secundário com a integração das chamadas tecnologias facilitadoras (KET - key enabling technologies) incluindo a micro-eletrónica e nano-eletrónica, nanotecnologia, fotónica, materiais avançados, biotecnologia industrial e tecnologias de fabrico avançado, dada o seu elevado potencial de incorporação de valor;

8. Financiar a dinamização de uma rede de interligação de empresas (clusters). Clusters dinâmicos constituem um estímulo à inovação radical e incremental, refletida em processos e produtos sofisticados, difíceis de imitar e agregadores de valor;

9. Combater a corrupção no que concerne aos fundos estruturais, com a introdução:

- (i) de mecanismos de prevenção e deteção de fraude,
- (ii) da figura da delação premiada e
- (iii) de um sistema antifraude europeu assente no



desenvolvimento, em cada Estado-Membro da União Europeia, de mecanismos eletrónicos de submissão de queixas pelos cidadãos em estreita cooperação com o OLAF.

10. Desenvolver e implementar um núcleo de análise estatística, que assista ao planeamento estratégico e ao processo decisório, através da medição rigorosa do impacto dos Fundos Estruturais na economia. A medição de resultados é rudimentar e uma estatística sólida impõe-se no sentido de aferir a trajetória futura.

Rui Vinhas da Silva

Coordenador de Economia, Trabalho e Inovação do CEN



A REFORMA ESTRUTURAL DO SNS

O Conselho Estratégico Nacional acaba de publicar o *paper* com as linhas mestras sobre a política de saúde. O documento servirá, a partir de agora, para debate interno e externo, tendo em vista a recolha de contributos para a elaboração do programa eleitoral do Partido.

Participe.

PSD/PORTO CELEBRA A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Por iniciativa da Distrital do Porto do PSD, realizou-se na segunda-feira, dia 10, uma sessão comemorativa dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) que teve, como principal oradora, a vice-Presidente da Comissão Política Nacional, Elina Fraga, acompanhada, na mesa de honra, pelo presidente da Distrital do Porto, Alberto Machado, e pelo vice-Presidente, Alberto Fonseca, o moderador do debate.

Após uma breve introdução histórica sobre a Declaração Universal dos Direitos do Homem, Elina Fraga fez uma alusão às origens do PPD, enquanto um partido humanista desde a sua fundação, contrariando assim a acusação que o PSD tem pouca sensibilidade para estas temáticas, e que são frequentemente apresentadas como “bandeiras” da esquerda. A vice-Presidente recordou ainda que Sá Carneiro recebeu, há 10 anos, a título póstumo, a medalha de ouro comemorativa do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia da República, o que traduz o reconhecimento da vida e obra do fundador pelos direitos humanos.

Elina Fraga defendeu que não devemos nunca transigir no capítulo dos direitos humanos, pelo que ninguém deve ser discriminado em função de cor, raça, religião ou origem social. Defendeu ainda que quem vive no interior deve ter acesso às mesmas condições que existem no litoral. E é aqui que o Estado deve ga-



rantir a igualdade de oportunidades e afirmar uma discriminação positiva.

Elina Fraga lembra que estes direitos são universais e inalienáveis. Há que assegurar sempre o núcleo essencial de cada indivíduo e este não poderá, em caso algum, ser atingido na sua esfera. Por exemplo, quando discutimos a liberdade de expressão “versus” o direito à honra, a nossa liberdade de expressão não pode nunca suplantar o direito ao bom nome do próximo. O recuo do nosso direito deve comprimir-se para garantir o direito essencial do outro.

Constatou também que, muitas vezes, estes direitos são deixados para segundo plano em função do quotidiano, levando o debate para os direitos das mulheres que foram eles próprios evoluindo no âmbito dos direitos humanos (recordando que a declaração original se referia aos direitos do Homem e não aos Direitos Humanos). Dando o exemplo do movimento “He for She”, lançado em 2016, Elina Fraga referiu-se às ações mobilizadoras promovidas pelos homens



para defenderem os direitos das mulheres.

Ainda sobre esta temática, Elina Fraga recordou que o direito ao voto para as mulheres chegou mais tarde. Havia até há poucas décadas, a necessidade de uma autorização para que uma professora, por exemplo, contraísse casamento. A evolução foi enorme, mas a igualdade ainda não está assegurada, segundo alertam os relatórios internacionais. Exemplificou ainda com a igualdade salarial, que, por estudos recentes e baseado na evolução histórica, só será efetiva daqui por 200 anos.

No plano político, a vice-Presidente afirmou que houve a necessidade de impor quotas femininas. Elina Fraga reconhece que apesar de sempre ter defendido o mérito, aprendeu com o tempo que não tinha razão. Por força de uma sociedade que era muito patriarcal, principalmente até à revisão do Código Civil de 1997, pelo que as quotas foram um empurrão que permitiram a participação feminina na nossa democracia.

Outra das temáticas abordadas prendeu-se com o conflito entre direitos humanos e a política comercial do lucro e a corrupção. Elina Fraga entende que devemos assumir a presunção de inocência, aliás está expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição, independentemente das nossas

convicções pessoais em função do nosso posicionamento político ou social, nem tão pouco por aquilo que vem escrito nos jornais, que acabam por vezes em ser transformados em “pelourinhos dos tempos modernos”.

Relativamente à mensagem que deve ser passada pelo PSD enquanto defensor destes direitos, Elina Fraga declarou que quando se contrai a economia e se vai para o governo, como tem acontecido ciclicamente com o PSD, é preciso impor uma política de cortes, o que impede um discurso e uma política de prestação social e de maior apoio, como geralmente faz a esquerda, o que leva à opinião pública julgar que estamos mais afastados dessas temáticas.

Para contrariar esta situação, devemos todos vincar a vertente humanista do partido, como um todo, exemplificando com o caso do “Joãozinho”, onde apesar de toda a retórica da esquerda sobre os direitos humanos, houve pouca consolidação prática do direito à saúde. “Se a sociedade e o PSD do Porto não denunciassem a situação provavelmente tudo estaria na mesma”, frisou Elina Fraga.

A sessão terminou com uma intervenção final do presidente do PSD/Porto, Alberto Machado.



VAMOS TODOS TRABALHAR PARA GANHAR ELEIÇÕES



Depois de um correto (re)posicionamento ideológico do nosso partido, fazendo jus à nossa génese, balizando de forma acertada o nosso espectro desde o centro direita até ao centro esquerda. Depois de termos mostrado que temos um líder credível que transborda coragem, competência e seriedade, colocando sempre o interesse nacional acima de tudo. Depois de termos iniciado a construção de uma verdadeira alternativa ao atual bloco governativo com a participação de todos. Eis que estamos em condições de encarar os próximos atos eleitorais com naturalidade, com esperança e sem receios. Com vontade de trabalhar. A bem de Portugal, o PSD tem que ganhar as próximas eleições.

Este bloco governativo tem falhado aos portugueses. Engana os Portugueses. Temos a maior carga fiscal de sempre o que permitiu uma farta redistribuição... Mas vivemos um clima de contestação social sem precedentes, onde os serviços públicos falham em todos os setores e a cada momento. Este bloco governativo não sabe governar. Temos a maior dívida pública da história de Portugal. A economia cresce muito pouquinho. Temos quase todos os nossos parceiros comunitários a crescer mais do que nós. E a consolidação orçamental é muito parca quando comparada com o governo anterior. Este é o bloco governativo das cativações. Do desinvestimento. Da mentira. Da aldrabice. Prometem tudo a todos, mesmo aquilo que sabem à partida que não podem cumprir. Criaram expectativas e vão falhar.

Nós do nosso lado temos vindo a afirmar uma alternativa. O nosso Conselho Estratégico Nacional está a funcionar. São centenas de especialistas e interessados que estão a trabalhar arduamente. Apesar de serem apenas linhas orientadores e documentos de kick-off, o trabalho produzido e já divulgado permite vincar o quão diferente para melhor será uma governação do País liderada pelo PSD. As medidas concretas para combate ao problema da demografia. As medidas de apoio à infância, à natalidade e à família. A nossa visão para a gestão do sector da saúde colocando a defesa e melhoria do sistema nacional de saúde usando todos os meios e recursos. A nossa reforma da União Económica e Monetária. A nossa estratégia para o ensino superior privilegiando o interior e as residências universitárias. A promoção da desconcentração e da descentralização. A tentativa de reformar o sector da justiça. A democratização e abertura do sector da energia. São apenas alguns exemplos concretos desta alternativa.

Esta é a verdade. Estes são os estados gerais do nosso Partido. Contudo este não é o diagnóstico que passa na comunicação social. Nem infelizmente estes são os

factos relevados por alguns dos nossos militantes (muito poucos) que apesar da sua grande visibilidade pouca experiencia têm em ganhar eleições no terreno junto do POVO.

Mas sempre foi assim. O PSD raramente teve a comunicação social consigo, pois o nosso Partido afronta sem temor os interesses instalados. A oposição interna também sempre existiu no nosso PSD, pois os projetos pessoais e as ambições particulares sempre persistiram.

Mas cabe-nos a nós, aos militantes de base e dirigentes nacionais e locais, de mostrar aos nossos concidadãos que Rui Rio é o Primeiro-Ministro que Portugal precisa. Que a única alternativa a este bloco governativo coartado na sua ação política pela extrema esquerda... é o PSD. Somos nós que temos de passar esta mensagem de verdade. Não existe canal nem meio de comunicação mais forte que o dialogo olhos nos olhos. Não tenhamos medo de nos misturar com o Povo, pois, afinal, também somos Povo. O nosso partido tem uma implantação local forte, é interclassista, é humanista. Saibamos todos colocar em prática os princípios lançados pelos nossos dirigentes fundadores. O PSD somos todos nós.

Mas temos de estar atentos às evoluções atuais no tocante à comunicação. Deixo um apelo à participação de todos para a criação de uma verdadeira comunidade nas redes sociais que defenda apenas e só a verdade relativamente ao nosso PSD. Criemos os nossos grupos próprios no WhatsApp. Façamos listas de destinatários. Participemos nas discussões do Twitter. Difundamos as notícias verdadeiras no Facebook. Organizados, unidos e assertivos temos uma força incalculável que poderá mais uma vez levar o País para os trilhos do sucesso e do desenvolvimento.

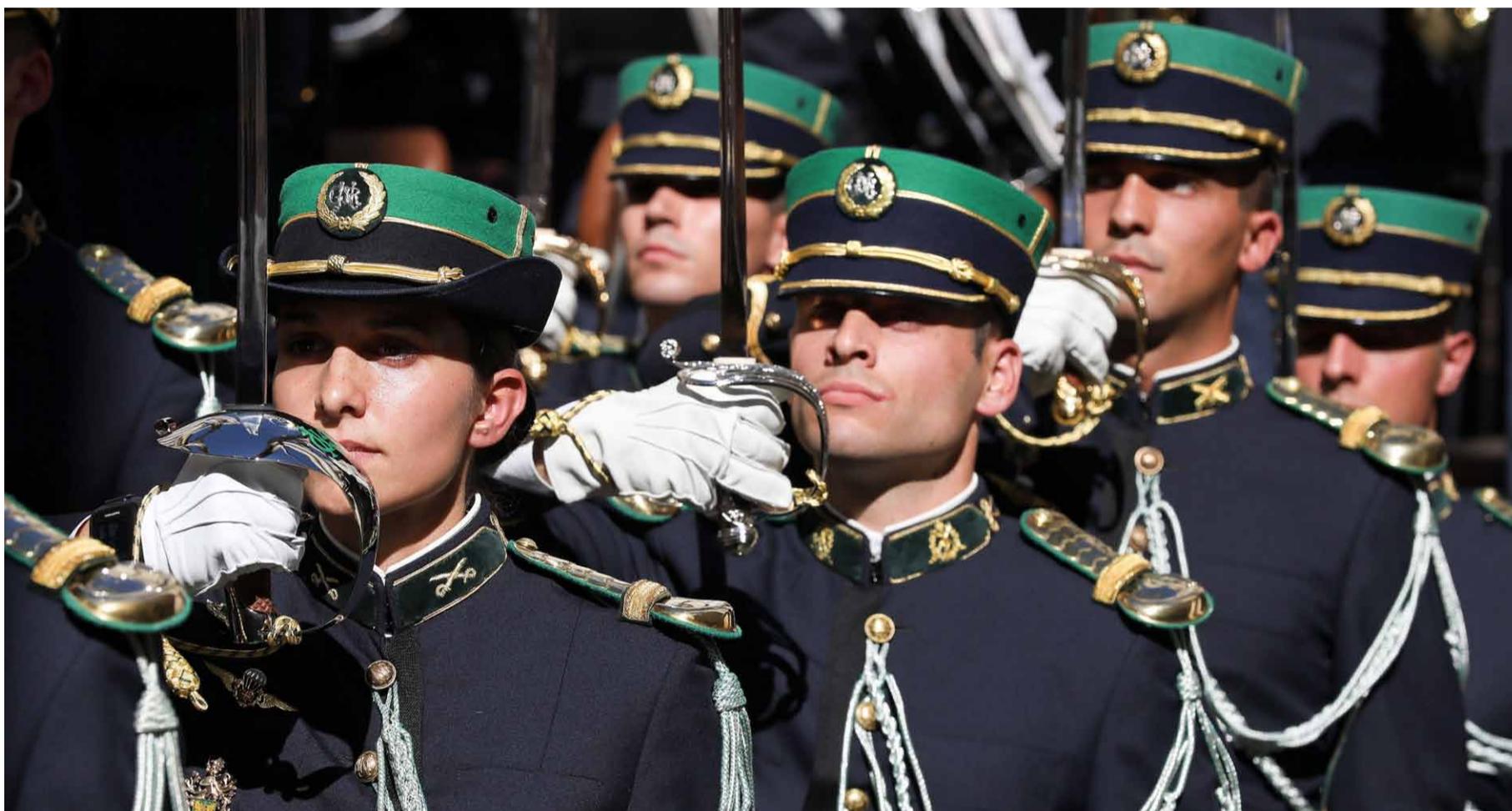
Nós somos gentes do terreno. Somos gente de trabalho. Queremos ganhar as eleições. Sabemos como ganhar eleições. Vamos ganhar as eleições.

Viva o Dr. Rui Rio! Viva o PSD! Viva Portugal!

Salvador Malheiro

Vice-Presidente do PSD e presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Aveiro

PSD ALERTA PARA MÁIS CONDIÇÕES DE VÁRIOS QUARTÉIS DA GNR NO DISTRITO DE VILA REAL



O deputado do PSD Pedro Pimentel, eleito pelo círculo de Vila Real, denuncia as más condições de vários quartéis da GNR do distrito, para o reduzido número de militares e as viaturas velhas. Pedro Pimentel visitou, dia 11, os quartéis da GNR de Mondim de Basto e de Cerva, no concelho de Ribeira de Pena, acompanhado de elementos das respetivas comissões políticas concelhias do PSD.

“As instalações de Mondim estão a necessitar de uma requalificação urgente, estão de facto más. São notórias as infiltrações de água”, afirmou.

Também em Cerva, acrescentou, o quartel tem “péssimas instalações”. A agravar a situação nesta localidade está o facto de este posto apenas estar aberto das 09h00 às 17h00 e só com um militar que efetua o atendimento ao público.

O parlamentar elencou ainda situações preocupantes em outros edifícios da GNR, como em Alijó, Murça, Sabrosa, Pedras Salgadas ou Ribeira de Pena.

Pedro Pimentel chamou também a atenção para o efetivo de militares no distrito, que “fica aquém do que é necessário” e para o envelhecimento das viaturas, que possuem “muitos anos de utilização”. “Os militares que estão conseguem fazer autênticos milagres”, destacou.

Na sequência desta visita, os deputados Pedro Pimentel e Luís Leite Ramos vão questionar o ministro da Administração Interna, através da Assembleia da República, sobre as intervenções “prometidas pelo Governo” para o distrito.

Nesse sentido, os parlamentares querem saber em que data serão lançados os concursos para a construção/requalificação dos quartéis de Alijó, Mondim de Basto e Murça, qual o valor de investimento, as respetivas fontes de financiamento, quais as datas previstas para o início e a conclusão das obras.

O PSD questiona ainda se o Governo tem a intenção de lançar ainda em 2019 mais algumas obras de construção/ requalificação de quartéis da GNR no distrito de Vila Real.

PSD
PRIMEIRO PORTUGAL



**ADICIONE O
WHATSAPP DO PSD**

 **911 111 581**



GOVERNO “ENGANOU OS AÇORIANOS” SOBRE PRIVATIZAÇÃO DA SATA INTERNACIONAL

O presidente do PSD/Açores acusa o governo regional de enganar os açorianos sobre a privatização da SATA Internacional, dado que, afinal, a Loftleidir Icelandic não chegou a apresentar qualquer proposta formal para a compra de 49% do capital social da companhia aérea açoriana. “O governo regional disse sempre aos açorianos que tinha sido apresentada uma proposta formal de compra. Qual não é o nosso espanto quando ficamos a saber, pela comunicação social, que não houve qualquer proposta formal. Isto é mentir às pessoas e defraudar as expectativas dos açorianos”, afirmou Alexandre Gaudêncio, após uma audiência de apresentação de cumprimentos ao presidente do governo regional dos Açores.

O líder social-democrata classificou o comportamento do governo regional nesta matéria como uma “fraude política”, dado que o executivo “passou quatro meses a analisar um documento que não tinha qualquer proposta formal para a aquisição de 49% do capital social da SATA Internacional”.

“Perderam-se quatro meses em que a SATA continuou a acumular prejuízos. O governo regional é único responsável por esta situação. O governo enganou os açorianos, pois apenas houve uma ‘não proposta’ para a compra de 49% do capital social da SATA Internacional”, disse.

Para Alexandre Gaudêncio, o processo de privatização já estava “ferido de morte”, desde o momento em que a Loftleidir Icelandic não formalizou uma intenção de compra da SATA Internacional.

“A única solução é anular o concurso, fazendo um novo, em que haja um modelo mais atrativo para que vários privados possam aparecer. O PSD/Açores está do lado da solução e nunca do lado do problema”, frisou.

O presidente do PSD/Açores garantiu que o partido “está disponível para ajudar a pensar num novo modelo de privatização da SATA Internacional”.

“É com esta postura positiva e construtiva que este PSD/Açores encara os problemas: identificando necessidades, mas apresentando soluções”, afirmou Alexandre Gaudêncio.

PS DEVE GOVERNAR E “NÃO SE PREOCUPAR TANTO” COM A OPOSIÇÃO

O presidente do PSD/Açores, Alexandre Gaudêncio, considera que o PS “está muito preocupado com o PSD ultimamente”, mas advogou ser altura de o partido governar e “não se preocupar tanto com a oposição”. “Acho que o PS está muito preocupado com o PSD ultimamente, o que não era muito comum. Isso só prova que nem tudo está bem para os lados do PS. Acho que está na altura de o PS governar e mostrar as soluções para os problemas dos açorianos e não se preocupar tanto com a oposição”, considerou Alexandre Gaudêncio.

O também presidente da autarquia da Ribeira Grande falava depois de ter visitado o projeto de inclusão social “Casa dos Manaias”, em Ponta Delgada, dia 6 de dezembro.

“Fizemos uma série de propostas de alteração e foram todas chumbadas”, sinalizou o presidente do PSD/Açores.

Para Alexandre Gaudêncio, “claramente as coisas na região não são um mar de rosas”, e para a comprovar tal posição referiu números recentes que apontam para que um terço dos açorianos viva “abaixo do limiar da pobreza”, tema que marcou precisamente a visita da noite de quinta-feira, à “Casa dos Manaias”.



GOVERNO DA MADEIRA INVESTE EM EQUIPAMENTO HOSPITALAR

O Governo Regional da Madeira investiu cerca de meio milhão de euros na aquisição de 270 camas hospitalares para renovar material desgastado. De acordo com a nota divulgada pela Secretaria da Saúde madeirense, o Serviço Regional de Saúde (SESARAM) “está a proceder à substituição de camas” no Hospital dos Marmeleiros, situado na freguesia do Monte, nos arredores do Funchal, e no Hospital Dr. Nélio Mendonça, na cidade do Funchal.

A mesma informação acrescenta que este material está a apetrechar, igualmente, alguns dos centros de saúde espalhados pela região, sendo uma operação que se iniciou em 4 de dezembro, estando prevista a sua conclusão “até ao final da próxima semana”. “Estas camas, limpas e higienizadas, estão a substituir por as que estavam por não reunirem as condições adequadas às necessidades do serviço prestado”, refere o SESARAM.

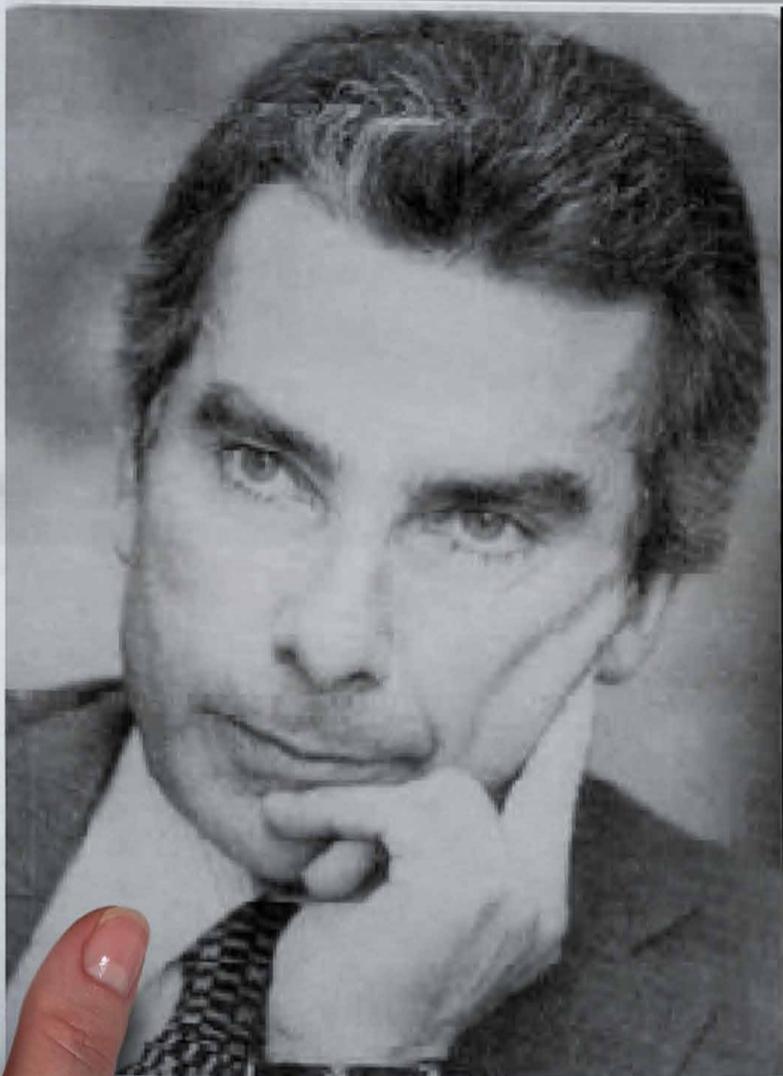
Também menciona que algum deste equipamento utilizado ainda está em condições de ser “recuperado e reutilizado para responder a outras necessidades”. O SESARAM enfatiza que este trabalho de substituição das 270 camas é “complexo, uma vez que implica a transferência de doentes para as novas camas”.

Este é uma ação que “requer esforço e dedicação adicional, pelo que importa registar o excelente trabalho realizado pelos profissionais que estão no terreno a assegurar estas transferências”, salienta ainda.

O Governo Regional da Madeira realça que a aquisição deste equipamento “está integrada num pacote global que inclui outros mobiliários hospitalares, nomeadamente colchões, cadeirões, macas, entre outros, num valor total de 630.566,48 euros”.



PSD assinalou aniversário da tragédia de Camarate



**"Francisco Sá Carneiro
- 20 Anos Depois"**



Flores em Camarate



Missa na Basilica da Estrela

centrais

Eleições Autárquicas

**Durão Barroso percorre o País
levando o seu apoio
aos candidatos do PSD**

páginas 6 e 7

Edição n.º 1263 do "Povo Livre" | de 5 a 12 de dezembro de 2001.

"PSD assinalou aniversário da tragédia de Camarate". O então líder do PSD, José Manuel Durão Barroso, que presidia à cerimónia de apresentação do livro "Francisco Sá Carneiro - 20 Anos Depois", considerava que 2002 ia ser o ano da clarificação política, uma vez que "o poder estava esgotado" e a sua manutenção representava "elevados custos para o País".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAL/FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Faro do PSD para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 19 de dezembro (quarta-feira), de 2018 pelas 21h00, na sede do PSD Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº1, em Loulé, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. PSD 4.0 - Reforma do Sistema Político Eleitoral e Revisão Estatutária do PSD;
2. Análise da situação política.

DISTRITAL PORTALEGRE

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 71 dos Estatutos do Partido Social Democrata, bem como das disposições conjugadas dos artigos 3º e 4º e dos números 1 a 4 do artigo 9º e artigo 10º do seu Regulamento Eleitoral, convoco os militantes do Partido Social Democrata do Distrito de Portalegre para reunirem extraordinariamente dia 19 de janeiro (sábado) de 2019, entre as 15h00 e as 19h00, nos seguintes locais:

Alter do Chão – Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 12 R/c Sede Crato

Arronches – Rua do Ronquillo, 4 – Sede Arronches

Avis – Rua Machado dos Santos, 56 R/c – Sede Avis

Campo maior – Rua da Feira, 30 A – Sede de Elvas

Castelo de Vide – Rua de Olivença, 13 1º - Sede Castelo de Vide

Crato – Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, 12 R/c – Sede Crato

Elvas – Rua da Feira, 30 A – Sede Elvas

Fronteira – Junta de Freguesia de Fronteira

Gavião – Gaveto da Rua Dr. Luis Calazans 1 – 1 B – Sede Gavião

Marvão – Salão da Junta de Freguesia S. Salvador de Aramenha S. Salvador

Monforte. – Junta de Freguesia de Monforte

Nisa – União de Freguesia de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão Nisa

Ponte de Sor – Rua Luis de Camões, 28 A – Sede Ponte de Sor

Portalegre – Rua Combatentes da Grande Guerra, 17 – Sede Distrital Portalegre

Sousel – Rua Direita, 5 – Sede Sousel

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia Distrital;
2. Eleição da Comissão Política Permanente Distrital;
3. Eleição do Conselho de jurisdição Distrital;
4. Eleição da Comissão Política Distrital de Auditoria Financeira;
5. Eleição de representantes dos militantes das Secções na Assembleia Distrital.

NOTA

Para efeito de entrega de listas, estas devem ser entregues na Sede Distrital, até às 24 horas do terceiro dia anterior aos atos eleitorais, que decorrerão nos locais acima discriminados, nos termos estatutários e regulamentares vigentes. As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

ELVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção de Elvas do PSD para uma assembleia de Secção, no dia 19 de janeiro (sábado) de 2019, entre as 15h00 e as 19h00, na Sede Concelhia sita na Rua da Feira 30 A em Elvas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

NOTAS

As candidaturas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Comissão Política da Secção ou a quem o substitua até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

FRONTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção de Fronteira do PSD, para uma assembleia de Secção, no dia 19 de janeiro (sábado) de 2019, entre as 15h00 e as 19h00, na Junta de Freguesia de Fronteira, em Fronteira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

NOTAS

As candidaturas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Comissão Política da Secção ou a quem o substitua até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

FUNDÃO

Ao abrigo do artº 54º dos Estatutos Nacionais do PSD e do seu Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção do Fundão do PSD para reunirem dia 19 de janeiro (sábado) de 2019, na sede concelhia, sita no Bairro do Espírito Santo, Rua dos Restauradores, Lote 10, R/c com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política da Secção.

NOTAS

A eleição decorrerá entre as 15h00 e as 18h30.

As candidaturas serão entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral:

As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao da eleição.

GOUVEIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Gouveia para reunir no próximo dia 12 de janeiro (sábado) de 2019, pelas 18h00, na sede do PSD sita na Av. 1º de Maio, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição dos Órgãos da Secção;
2. Comissão Política da Secção;
3. Mesa da Assembleia da Secção.

NOTAS

As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24h do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD/Gouveia.

O ato eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 18h00 e as 20h00.

As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

MARVÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção de Marvão do PSD para uma assembleia de Secção, no dia 19 de janeiro (sábado) de 2019, entre as 15h00 e as 19h00, no Salão da Junta de Freguesia de S. Salvador em S. Salvador da Aramenha com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção;
2. Eleição da Comissão Política da Secção.

NOTAS

As candidaturas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Comissão Política da Secção ou a quem o substitua até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

NISA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção de Nisa do PSD para uma assembleia de Secção, no dia 19 de janeiro (sábado) de 2019, entre as 15h00 e as 19h00, na União da Junta de Freguesia de Espírito Santo, Nossa Senhora da Graça e São Simão, em Nisa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção;
2. Eleição da Comissão Política da Secção.

NOTAS

As candidaturas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Comissão Política da Secção ou a quem o substitua até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

OLHÃO

Convocam-se, ao abrigo dos Estatutos do PSD, os militantes da Secção de Olhão, do Distrito de Faro, para reunir dia 12 de janeiro (sábado) de 2019, na sede do PSD/Olhão, sita na Avenida Francisco Sá Carneiro, 23 R/C Dto, em Olhão, pelas 15h00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção do PSD-Olhão.

NOTAS

As urnas estarão abertas das 15h00 às 18h00.

As listas candidatas, deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na sede de Secção que estará aberta para o efeito.

PONTE DE SOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção de Ponte de Sor do PSD para uma assembleia de Secção, no dia 19 de janeiro (sábado) de 2019, entre as 15h00 e as 19h00, na Rua Luis de Camões, 28 A em Ponte de Sor, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção;
2. Eleição da Comissão Política da Secção.

NOTAS

As candidaturas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Comissão Política da Secção ou a quem o substitua até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral. As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção Concelhia de Sintra para reunir dia 19 de dezembro (quarta-feira) de 2018, pelas

21h00 sala Eng^a Paula Neves na sede, sita na rua Mário Costa Ferreira Lima, nº 7 – Portela de Sintra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Apresentação, discussão e votação do orçamento 2019;
3. Apresentação e discussão do plano de atividades para 2019;
4. Análise e discussão da situação política local e nacional;
- a) Informação do trabalho autárquico nos órgãos municipais desenvolvido no ano 2018 pelos eleitos locais do PSD.
- b) Informação sobre o trabalho parlamentar desenvolvido no ano de 2018, referente ao município de Sintra.
- c) Análise e discussão da situação política nacional.

SOUSEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se os militantes da Secção de Sousel do PSD para uma Assembleia de Secção, no dia 19 de janeiro (sábado) de 2019, entre as 15h00 e as 19h00, na sede concelhia sita na Rua Direita, 5 em Sousel com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia da Secção;
2. Eleição da Comissão Política da Secção.

NOTAS

As candidaturas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Comissão Política da Secção ou a quem o substitua até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Vagos, para reunirem no dia 25 de janeiro (sexta-feira) de 2019 pelas 17h00 na Sede da Secção do PSD de Vagos, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 440, R/C Dto em Vagos com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política da Secção;
2. Eleição da Mesa do Plenário da Secção.

NOTAS

As urnas estarão abertas das 17h00 às 21h00; As listas candidatas a delegados deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

NÚCLEO LITORAL PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Litoral do Porto para reunir dia 21 de janeiro (segunda-feira) de 2019, pelas 21h30, na sede da Academia de Danças e Cantares de Portugal (Escola Régia nº 85), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política.

CONVOCATÓRIAS DA JSD

RECEÇÃO

Segunda-feira até 18h00

email: teresa.santos@jdsd.pt



Por lapso esta convocatória foi publicada em nome de Chamusca, pertence ao Povo Livre anterior de 5/12/2018

ALCANENA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD da Alcanena, para reunir no próximo dia 5 de Janeiro de 2019, pelas 15h00, sito na Rua Dr.º José Alves Anastácio, n.º 38, 2380-077 Alcanena, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD Alcanena.

Notas:

O Ato Eleitoral decorrerá entre as 15:00h e as 17:00h.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da JSD Distrital de Santarém, ou a quem estatutariamente o possa substituir, sito na Rua Dr.º José Alves Anastácio, n.º 38, 2380-077 Alcanena, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

OLIVEIRA DO BAIRRO

Ao abrigo dos Estatutos da JSD, convocam-se os militantes da concelhia de Oliveira do Bairro para reunirem no dia 22 de Dezembro de 2018, pelas 16 horas, nas instalações da Associação de Beneficência e Cultura de Bustos, sita na Rua 18 de Fevereiro, 3771-904, na freguesia de União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa, concelho de Oliveira do Bairro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Balanço de Actividades da JSD Oliveira do Bairro;
- 3 – Análise e Preparação do Plano de Actividades para 2019;
- 4 – Outros assuntos.

SÃO JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral da JSD, convocam-se o Plenário Concelhio da JSD de São João da Pesqueira, para reunir no próximo dia 12 de Janeiro de 2019 (sábado), entre as 17 horas e as 20 horas, sita na Sede do PSD de São João da Pesqueira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política da JSD.

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital de Viseu, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (09 de Janeiro), nos locais indicados, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.



ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD /VISEU

DIA 1.FEV.2019

Nos termos da alínea g) do ARTº.44º dos Estatutos e do nº1 do Artº 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Viseu, para a Assembleia Distrital dos TSD/VISEU, que se realiza no dia 1 de Fevereiro de 2019, das 20H00 às 22H00, na Sede Distrital de Viseu do PSD, sita na Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues, Loja nº9 Edifício Vasco da Gama, em Viseu, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um - Eleição de 7 Delegados à Assembleia Distrital de Viseu do PSD

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital

Leonel Carvalho

ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD /AVEIRO

DIA 25.JAN.2019

Nos termos da alínea g) do ARTº.44º dos Estatutos e do nº1 do Artº 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Viseu, para a Assembleia Distrital dos TSD/AVEIRO, que se realiza no dia 25 de Janeiro de 2019,

Aveiro – 18H00 às 20H00 - Sede Distrital – Rua Dom Manuel B. Vasconcelos, 28 Aradas – Aveiro (Glícinias). Votam os militantes dos concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos

S. João da Madeira – 15H00 às 20H00 - Sede Delegação SBN em S. João da Madeira – Rua João de Deus, nº 73 – 1º. Votam os militantes de Arouca, castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Ovar, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Vale de Cambra

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um - Eleição de 17 Delegados à Assembleia Distrital de Aveiro do PSD

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital

João Agostinho Pinto Pereira

ELEIÇÃO ÓRGÃOS DISTRITAIS TSD
Convocatória

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se para reunir as Assembleias Distritais abaixo indicadas, nos dias, com os horários e locais indicados, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único - Eleição dos Órgãos Distritais TSD.

DISTRITO	DIA	Horário funcionamento das urnas	Localização das urnas
AVEIRO	25.JAN	Aveiro - 18H00 às 20H00 S. João da Madeira - 15H00 às 20H00	Sede Distrital - Rua Dom Manuel B. Vasconcelos, 28 Aradas - Aveiro (Glícinias). Votam os militantes dos concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos Sede Delegação SBN em S. João da Madeira - Rua João de Deus, nº 73 - 1º. Votam os militantes de Arouca, castelo de Paiva, Espinho, Oliveira de Azeméis, Ovar, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Vale de Cambra
BRAGA	18.JAN	18H00 às 20H30	Sede Concelhia Braga - Largo da Senhora-a-Branca, 116
BRAGANÇA	15.FEV	18H00 às 21H30	Sede Concelhia Mirandela - Av. 25 de Abril, 273 - Sub - Loja Esq. Fração G
CASTELO BRANCO	08.FEV	17H00 às 20H00	Sede Distrital - Rua da Amoreirinha, 1 - Castelo Branco
COIMBRA	08.FEV	18H00 às 21H00	Sede Distrital Coimbra - Rua Lourenço Almeida de Azevedo, nº 16
ÉVORA	25.JAN	18H00 às 21H00	Sede Distrital - Rua Cândido dos Reis, nº 48 - Évora
FARO	12.JAN	15H00 às 18H00	Sede Distrital TSD - Beco Frei André Álvares, nº 1, Faro. Votam os militantes dos concelhos de Albufeira, Faro, Loulé e São Brás de Alportel. Sede PSD de Lagos - Rua Soeiro Costa, nº 48-50. Votam os militantes de Aljezur, Lagoa, Monchique, Portimão, Silves e Vila do Bispo. Sede PSD de Olhão - Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 23. Votam os militantes de Alcoutim, Castro Marim, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António.
GUARDA	19.JAN	15H00 às 19H00	Sede Distrital - Rua Marquês de Pombal, nº 3 - 2º. - Guarda
LEIRIA	22.FEV	18H00 às 21H00	Sede Distrital de Leiria - Av. José Jardim, 32 - Leiria
PORTALEGRE	15.FEV	18H00 às 21H00	Sede Distrital - Rua Combatentes da Grande Guerra, 17 - Portalegre
SANTARÉM	17.JAN	18H00 às 21H00	Sede Concelhia do Entroncamento - R. Almirante Reis, 64 - Entroncamento
SETÚBAL	25.JAN	18H00 às 21H00	Sede Distrital - Avenida Dr. Manuel de Arriaga, 16 - 3º Esq. - Setúbal. Votam os militantes dos concelhos de Alcácer do Sal, Alcochete, Barreiro, Grândola, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Setúbal e Sines Sede Concelhia Almada - R. da Liberdade, nº 38 - A. Votam os militantes dos concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra.
VIANA DO CASTELO	13.FEV	18H00 às 21H00	Sede Distrital - Rua Tenente Coronel Afonso do Paço, Lote 1 - Loja 46 - Viana do Castelo. Votam os militantes de Caminha, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira Sede Concelhia de Ponte de Lima - Praceta Dr. Vieira Araújo, nº 24. Votam os militantes de Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Valença
UIJAL	01.FEV	20H00 às 22H00	Sede Distrital - Rua Eng. Lino Moreira Rodrigues, Loja 9, Edifício Vasco da Gama - Uijal

Nota — Nos termos estatutários e regulamentares as candidaturas terão de observar as disposições seguintes:

- Serem apresentadas por listas completas, contendo o número de efetivos previsto e pelo menos um terço de suplentes;
- Serem propostas por um mínimo de 20 militantes ou 5% do órgão competente para a eleição;
- Serem acompanhadas de declarações de aceitação subscritas pelos candidatos, individual ou colectivamente;
- Nenhum militante pode integrar mais do que uma candidatura;
- Só poderão ser eleitos os militantes que à data das eleições, estejam inscritos há, pelo menos, 6 meses;
- Para que uma lista se considere completa, deverá conter o número mínimo de candidatos previstos nos estatutos, sendo que em nenhuma circunstância o número de suplentes poderá exceder o de efetivos;